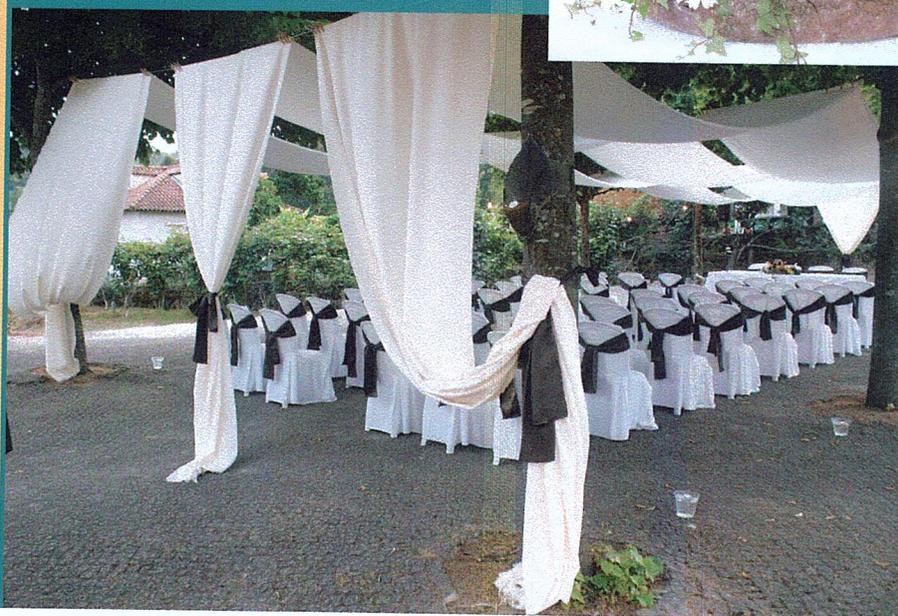


QUINTA DE TUBERAIS-ENSINO
PROFISSIONAL DE CINFÃES, E.M.

PRESTAÇÃO DE CONTAS E EXERCÍCIO 2015



RELATÓRIO DE GESTÃO 2015

Nos termos das disposições aplicáveis pelo código das Sociedades Comerciais submetemos à apreciação o relatório de gestão e as contas referentes ao exercício findo em 31/12/2015.

O presente relatório diz respeito ao ano civil de 2015, embora a atividade pedagógica tenha como referência os anos letivos 2014/2015 e 2015/2016.

A Quinta de Tuberais Ensino Profissional de Cinfães, E.M. entidade proprietária da Escola Profissional de Cinfães, é financiada pelo Fundo Social Europeu e pelo Ministério da Educação de acordo com as regras e com os critérios constantes da legislação aplicável. O seu orçamento anual é, em consequência, suportado, em grande parte, por receitas públicas (FSE e ME) e numa parte mais pequena por receitas próprias, provenientes de prestação de serviços a terceiros na área da hotelaria e restauração.

Durante o ano de 2015, a Escola Profissional apresentou as candidaturas Eixo Prioritário 1 – Qualificação Inicial, medida 1.2 - Cursos Profissionais.

No que diz respeito à candidatura referida, norteou-se a atuação pelos seguintes objetivos:

- a) Contribuir para a formação integral dos jovens, proporcionando-lhes, designadamente, o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais para o exercício de uma profissão;
- b) Desenvolver mecanismos de aproximação entre a escola e as instituições económicas, profissionais, associativas, sociais e culturais do respetivo tecido social;
- c) Facultar aos alunos contactos com o mundo do trabalho e experiência profissional, preparando -os para uma adequada inserção socioprofissional;
- d) Promover, conjuntamente com outros agentes e instituições locais, a concretização de um projeto de formação de recursos humanos qualificados que responda às necessidades e tendências de desenvolvimento integrado do País, particularmente nos âmbitos regional e local;
- e) Facultar aos alunos uma sólida formação geral, científica e tecnológica, capaz de os preparar para o exercício profissional qualificado ou para o ingresso no ensino superior.

A diversidade de atividades faz parte da estratégia desenvolvida pela organização pelo que, ao longo do ano, se conseguiu um grande envolvimento da comunidade educativa nas atividades que a seguir ser elencam:

Formação – da responsabilidade da Escola Profissional de Cinfães, com reuniões das várias estruturas educativas, a saber: Direção Técnico-pedagógica, Conselho Consultivo, Coordenação de Cursos, Representantes da Área Artística, Formadores, Orientadores Educativos, Conselhos de Turma, Conselho Pedagógico, Professores acompanhantes das Provas de Aptidão Profissional, Formadores responsáveis pela Formação em Contexto de Trabalho, Orientadores Educativos com Encarregados de Educação, Alunos, Pessoal Não Docente e outras que se afiguraram necessárias.

Atividades - Realizaram-se entre outras, as seguintes atividades:

- Inventário no economato, cozinha, bar e restaurante da escola;
- Celebração dias das Bruxas;
- Dia da Internet segura: Play your part for a better internet. (Faz a tua parte para uma Internet melhor!) / Atividades lúdicas sobre a Internet Segura;
- Duas colheitas de Sangue;
- Celebração do dia de São Martinho;
- Participação no Parlamento dos Jovens;
- Esclarecimento do projeto Parlamento dos Jovens, Representante do IPJ;
- Palestra Deputado da Assembleia da República;
- Visitas de estudo a:
 - Escola Superior de Hotelaria / Hotel parceiro;
 - Caves do Vinho do Porto;
 - Instituto Português da Juventude de Viseu, assistir a espetáculo “Frei Luís de Sousa”;
 - Museu Nacional da Imprensa;
 - Museu dos Transportes e Comunicações;
 - Peça de teatro + oficina;
 - Teatro Montemuro;
 - Palácio da Bolsa;
- Festa de Natal – confeção / serviço de refeição alusiva;
- Concurso de iguarias de Natal;
- Almoço de Reis- confeção /serviço de refeição alusiva;

Handwritten initials and a signature in blue ink.

- English speaking day;
- Dia dos namorados - confeitaria / serviço de refeição alusiva;
- Desfile de Carnaval;
- Baile de Carnaval;
- Semana Internacional;
- - Five o'clock tea;
- - Dia da Inglaterra – confeitaria/ serviço de especialidade inglesas;
- - Dia da França – confeitaria/ serviço de especialidades francesas;
- - Dia da Europa- confeitaria/ serviço de iguarias internacionais;
- - Pequeno almoço continental e English breakfast day – confeitaria /serviço especializado;
- - A Europa e a U E – jogos e peddy paper;
- Comunhão Pascal – jornada com as famílias e lanche convívio no final;
- Palestras com representantes políticos locais e de associações de preservação da natureza;
- Palestras e oficinas de trabalho sobre o empreendedorismo;
- Palestra de prevenção de Comportamentos de Risco;
- Palestra acerca de Políticas de emprego (IEFP);
- Caminhada “ Pelo Rio Sonoso”;
- Eco aulas, palestras e workshops;
- “Abrir Portas” – escola aberta a alunos, Responsáveis pelo SPO diretores de turma do 9º ano e/ou vocacional;
- “Receber quem nos recebe” – “Tertúlia de fim de tarde” - receção aos responsáveis pelas unidades de restauração, onde ocorre a Formação em Contexto de Trabalho;
- Cerimónia de Finalistas;
- Dia do diploma – lanche Convívio com Encarregados de Educação – confeitaria e serviço de especialidades da cozinha regional e internacional;
- Dia da Farda – uso da farda específica da escola;
- Participação em Serviços de Restauração – (Receção aos Professores, Receção “Promoção do Douro Verde”, Serviço no Barco no Rio Douro, Receção no Cais de Aregos, Receção na Visita o Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Refeição na Inauguração do Centro Interpretativo do Vale do Bestança, entre outros);

RF
G
RF

- Celebração do aniversário dos alunos – confeção de bolos comemorativos e serviço adequado;
- Implementação da música ambiente e serviço de bar no horário da refeição;
- Participação nos Encontros ArRiscar – Mostra de PAP na Universidade Católica Portuguesa-Porto;
- Participação na Aldeia do Pai Natal – Gralheira – confeção/serviço de iguarias alusivas ao Natal;
- Participação na Expomontemuro –divulgação de experiências formativas (confeção/serviço);
- Participação na Bolsa de Turismo de Lisboa- representação de Cinfães e CIM Tâmega e Sousa no Turismo do Porto e Norte;
- Participação no evento “25 anos da Escola Básica de Souselo”, na Escola EB 2,3 de Souselo, promovido pela Câmara Municipal de Cinfães, tendo os nossos formandos e técnicos apoiado a confeção da refeição e o respetivo serviço de mesa.
- Serviço solidário de apoio a refeições de Instituições locais e regionais , como os Bombeiros Voluntários de Cinfães e Agrupamento de Escolas Latino Coelho, de Lamego.
- Outras atividades, de acordo com a sua relevância pedagógica.

No que diz respeito ao Orçamento, deu-se continuidade às medidas de racionalização e de cumprimento da elegibilidade dos gastos conforme critérios definidos pelo POPH, à semelhança de anos anteriores, o que tem contribuído para uma gestão equilibrada, sem comprometer aspetos essenciais do projecto formativo e do desenvolvimento organizacional da Escola.

Merecem uma especial atenção os constrangimentos com que nos deparámos relativamente às Candidaturas 2015/2016, tendo cumprido escrupulosamente todas as orientações do Programa Operacional para o Capital Humano que passamos a descrever:

- A candidatura para as turmas de continuidade, com o n.º de projeto : POCH-01-5571-FSE-000497 (108306/2014/12), foi submetida a 10/09/2015;
- A candidatura para as turmas de 1º ano, com o n.º de projeto :POCH-01-5571-FSE-000098, foi submetida a 29/09/2015;
- O primeiro Pedido de Alteração ao POCH-01-5571-FSE-000497 (108306/2014/12), foi submetido a 04/02/2016;

PJ
C
PJ

- O segundo Pedido de Alteração no qual foi inserida a candidatura para as turmas do 1º ano, foi submetido a 26/02/2016, tendo-se associado a Candidatura do Balcão - Portugal 2020;
- Nesta data, ainda não fomos autorizados a formalizar o Pedido de Saldo Final, respeitante ao ano letivo 2014/2015.

Face ao exposto, merece relevância informar que os montantes dos meses de junho a dezembro constituem estimativas, recorrendo posteriormente às necessárias correções.

A Escola Profissional QT-EPC-EM foi alvo de uma Ação de Controlo, da responsabilidade da Inspeção Geral da Educação, concretizada de 09 a 13 de fevereiro de 2015, e uma Ação de Verificação no Local, da responsabilidade do POPH, a 17 de abril de 2015, cujos relatórios se revelaram extremamente positivos para a Escola e as recomendações imediatamente implementadas.

Relativamente ao Plano de Formação, consideramos que este foi cumprido, dando desta forma resposta às novas necessidades e apelos de emprego nas áreas da formação profissional a que esta escola está votada.

CONDIÇÕES DE MERCADO

INVESTIMENTOS

Verificou-se um investimento em immobilizações corpóreas no valor de €2.093,09 (dois mil e noventa e três euros e nove cêntimos).

RECURSOS HUMANOS

A estrutura da Escola mantém-se inalterável e de acordo com os seus estatutos. O número de trabalhadores da Escola é constituído por oito funcionários não docentes e vinte e um docentes/formadores, na sua maioria, em regime de trabalhadores independentes.

A SITUAÇÃO FINANCEIRA

Os meios financeiros postos à disposição foram provenientes do Ministério de Educação e Fundo Social Europeu. Também foram obtidas receitas próprias, nomeadamente do Bar e de alguns Serviços prestados, tendo estas últimas um peso diminuto no total do orçamento necessário para gerir a Escola. No presente ano foi mantido o contrato de empréstimo bancário na Instituição Bancária “CGD” no montante de €75.000,00 para fazer face ao desfasamento temporal entre as despesas efetuadas, a necessidade do seu pagamento e reembolso das despesas pagas pelas entidades financiadoras sendo este, responsável pelo montante de juros pagos.



Devido à reserva legal já se encontrar nos limites legais, propõe-se a aplicação da totalidade dos resultados líquidos, em resultados transitados.

Receitas próprias (valores em euros):

Bar	3.567,66
Serviços	11.791,17
Total	15.358,83

A Empresa/Escola, em 31 de dezembro de 2015, apresentou um lucro de €4.077,68 (quatro mil e setenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos). Face ao exposto, sentimos satisfação com os resultados obtidos e estamos conscientes do dever cumprido e mais estamos, quando pensamos no sucesso generalizado de jovens que frequentam a escola.

PERSPETIVAS DE FUTURO

Prevê-se a continuação do **Curso de Técnico de Restauração**, nas duas vertentes associadas (restaurante/bar e cozinha/pastelaria). Nortearmos a formação pelo claro princípio de todos incluir, facultando a consecução de aprendizagens significativas e competências relevantes, que permitam aos alunos, impor-se no mercado de trabalho, valorizando assim, as pessoas, a escola e a região. Prevê-se também a continuação da prestação de Serviços de Restauração, sempre que para tal sejam solicitados.

Resta-nos agradecer à comunidade todo o apoio que nos faculta, reconhecendo o trabalho que vimos a desenvolver e garantir que continuamos a abraçar este projeto, com impacto nas oportunidades de trabalho e no bem estar das nossas populações.

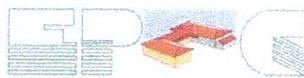
Não existe qualquer alteração oficial ao parecer de Sua Ex.^a o Sr. Secretário de Estado, o qual refere que “ não serão homologadas eventuais propostas da IGF destinadas à dissolução oficiosa das referidas empresas locais, detentoras de escolas profissionais”.

Não temos conhecimento de situações relevantes ocorridas entre a data do fecho e a presente data. Não se registaram negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do artigo 397ºCSC.

Realizou-se uma subscrição no capital social, no montante de €625,00, na Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega (DOLMEN).

Cinfães, 7 de março de 2016.

Assinaturas:



20
@
A

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ano 2015

QUINTA DE TUBERAIS, ENSINO PROFISSIONAL DE CINFÃES E.M.



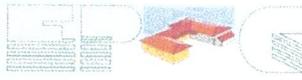
Handwritten initials and a signature in blue ink.

Balanço em 31 de Dezembro de 2015

Rubricas	Notas	2015	2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	15.737,44	18.065,30
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras - outros métodos		625,00	
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros		0,00	
Activos por impostos diferidos			
		16.362,44	18.065,30
Activo Corrente			
Inventários	7	600,47	394,47
Activos biológicos		0,00	0,00
Clientes		3.136,44	2.856,16
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estados e outros entes públicos	13.1	1.377,47	3.084,98
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber	13.3	332.263,42	309.992,68
Diferimentos	13.2	2.042,38	2.007,56
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	21.134,28	93.333,99
		360.554,46	411.669,84
Total do activo		376.916,90	429.735,14
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		5.000,00	5.000,00
Acções (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		2.500,00	2.500,00
Outras reservas		92.298,11	92.298,11
Resultados transitados		24.122,70	21.055,13
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		1.091,94	1.091,94
		0,00	0,00
Resultado líquido do período	10	4.077,68	3.067,57
Interesses minoritários			
Total do capital próprio		129.090,43	125.012,75
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		41.963,55	50.711,84
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	13.1	5.037,40	5.715,24
Accionistas/sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	11	75.000,00	75.000,00
Outras contas a pagar	13.3	125.825,52	173.295,31
Diferimentos	13.2	0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
Total do passivo		247.826,47	304.722,39
Total do capital próprio e do passivo		376.916,90	429.735,14

Demonstração de Resultados por Funções

Rubricas	2015	2014
Vendas e serviços prestados	15.358,83	12.734,76
Custos das vendas e dos serviços prestados	10.058,75	11.172,61
Resultado bruto	5.300,08	1.562,15
Outros rendimentos	462.249,69	472.674,89
Gastos de distribuição		
Gastos administrativos		
Gastos de investigação e desenvolvimento		
Outros gastos	459.176,29	468.255,84
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	8.373,48	5.981,20
Gastos de financiamento (líquidos)	2.963,04	1.400,75
Resultados antes de impostos	5.410,44	4.580,45
Imposto sobre o rendimento do período	1.332,76	1.512,88
Resultado líquido do período	4.077,68	3.067,57
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		
Resultado líquido do período atribuível a: (2)		
Detentores do capital da empresa-mãe		
Interesses minoritários		



RA
CE
RA

Demonstrações dos Resultados por Natureza

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	8	15.358,83	12.734,76
Subsídios à exploração	8	462.125,43	469.457,48
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	10.058,75	11.172,61
Fornecimentos e serviços externos		324.887,61	333.233,39
Gastos com o pessoal	12	129.671,39	127.967,06
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		124,26	3.217,41
Outros gastos e perdas		871,53	1.279,19
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		12.119,24	11.757,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		4.420,95	5.776,20
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7.698,29	5.981,20
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		2.287,85	1.400,75
Resultado antes de impostos		5.410,44	4.580,45
Imposto sobre o rendimento do período	10	1.332,76	1.512,88
Resultado líquido do período		4.077,68	3.067,57
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários			
Resultado por acção básico			



Quinta de Tuberais Ensino Profissional de Cinfães E. M. – Nipc 504615858

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio		
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transiç. financeiros	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações do capital próprio		Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	6	5.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	92.286,11	21.055,13	0,00	0,00	1.091,94	3.067,57	125.012,75	125.012,75
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização de excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações														
Ajustamentos por impostos diferidos						0,00		3.067,57						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	5.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	92.286,11	24.122,70	0,00	0,00	1.091,94	-3.067,57	125.012,75	125.012,75
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											4.077,66	0,00	4.077,66
RESULTADO INTEGRAL	9-7+8											4.077,66	0,00	4.077,66
OPERAÇÕES COM DETEITORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações	10	5.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	92.286,11	24.122,70	0,00	0,00	1.091,94	-4.077,66	129.090,43	129.090,43
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N														

NIPC 504615858

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2015

UNIDADE MOEDATÁRIA (1)

5



Quinta de Tuberais Ensino Profissional de Cinfães E. M. – Nipc 504615858

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses minoritários	Total	Resultado líquido do período	Outras variações do capital próprio	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em activos financeiros	Reservados Transfidos	Outras reservas	Reservas legais	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital próprio	Acções (quotas) próprias	Capital Realizado	UNIDADE MONETÁRIA (1)		
		Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Reservados Transfidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio															Resultado líquido do período	Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO II	6	5.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	92.298,11	20.292,88	0,00	0,00	1.091,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.945,18	121.945,18	
ALTERAÇÕES DO PERÍODO																											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																											
Alterações de políticas contabilísticas																											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																											
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																											
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																											
Ajustamentos por impostos diferidos																											
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.298,11	21.055,13	762,25	0,00	1.091,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.945,18	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8																										
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8																										
OPERAÇÕES COM DETEITORES DE CAPITAL DO PERÍODO																											
Realizações de capital																											
Distribuições																											
Entradas para cobertura de perdas																											
Outras operações																											
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO II	10	5.000,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	92.298,11	21.055,13	762,25	0,00	1.091,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.012,75	

Rx
6

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1 – Designação da entidade

Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães, E.M.

1.2 – Sede

Quinta de Tuberais – 4690-068 Cinfães

1.3 – NIPC

504615858

1.4 – Natureza da atividade

A Quinta de Tuberais Ensino Profissional, E.M., é financiada pelo Fundo Social Europeu e pelo Ministério da Educação de acordo com as regras e com os critérios constantes da legislação aplicável. O seu orçamento anual é, em consequência, suportado, em grande parte, por receitas públicas (FSE e ME) e numa parte mais pequena por receitas próprias provenientes, de prestação de serviços a terceiros na área da hotelaria e restauração

1.5 – Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.2 – Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2009, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

2.4 – Adopção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória:

Até 31 de Dezembro de 2009, a Escola Profissional elaborou, aprovou as demonstrações financeiras, o POC aplicável à generalidade das empresas, com as devidas adaptações em funções das necessidades de relato financeiro.

3 – PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009, encontram-se registadas ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações. Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	06-Out
Equipamentos de transporte	4 anos
Equipamento básico	Entre 2 e 8 anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração de resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição.

RÉDITO

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Relativamente ao cálculo da estimativa do imposto sobre o rendimento do exercício, é apurado de acordo com a matéria colectável estimada.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensurados pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Deferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2 – Juízos de valor críticos e principais fontes de incertezas associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Foi divulgada pela Associação Nacional de Municípios, a resposta de Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Local, a qual refere “ o governo se encontra a analisar a situação e que no entretanto não serão homologadas eventuais propostas da IGF destinadas à dissolução oficiosa das referidas empresas locais, detentoras de escolas profissionais, ”sendo a situação que se expõe, relativa à continuidade das Escolas Profissionais, acerca das diligências tomadas pela Inspeção Geral de Finanças relativamente às empresas que detêm escolas profissionais.

4 – FLUXOS DE CAIXA

4.1 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	Conta	Montante	Observações
Caixa	11	148,99	
Total de caixa	11	148,99	
Depósitos à ordem	121	5.444,17	Contem movimentos POPH
Depósitos à ordem	122	15541,12	Contem movimentos Serviços prestados
Total de depósitos bancários		20.985,29	

5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Foram detetados alguns erros relativamente ao período anteriores, os quais foram corrigidos por expressão retrospectiva, nas correspondentes rubricas.

6 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

b) As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos.

c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, a depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2014	Adições	Revalorizações	Abate	Transferência	31-12-2015
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	6.791,17	0,00	0,00	0,00	0,00	6.791,17
Equipamento básico	231.357,93	2.093,09	0,00	0,00	0,00	233.451,02
Equipamento de transporte	20.500,60	0,00	0,00	0,00	0,00	20.500,60
Activo tangível bruto	258.649,70	2.093,09	0,00	0,00	0,00	260.742,79
Depreciações acumuladas	240.584,40	4.420,95	0,00	0,00	0,00	245.005,35
Perdas por imparidade e reversões acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação acumulada	240.584,40	4.420,95	0,00	0,00	0,00	245.005,35
Activo tangível líquido	18.065,30					15.737,44

7- INVENTÁRIOS

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de Inventário Permanente.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os inventários da entidade detalham-se conforme segue:

Rubricas	31-12-2015			31-12-2014		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	600,47	0,00	0,00	394,47	0,00	0,00
Total	600,47	0,00	0,00	394,47	0,00	0,00

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015, detalha-se conforme segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	0	394,47
Compras	0	10.264,75
Regularizações	0	0,00
Saldo final	0	600,47
Gastos no exercício	0	10.058,75

8 – RÉDITO

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo proveniente de:

Rubricas	31-12-2015	31-12-2014	Variação
Prestação de serviços	15.358,83	12.734,76	2.624,07
Outros rendimentos e ganhos	124,26	3.217,41	-3.093,15
Subsidio à exploração	462.125,43	469.457,48	-7.332,05
Total	477.608,52	485.409,65	

9 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas e autorizadas para emissão.

Após a data do Balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afectem o valor dos activos e passivos das demonstrações financeiras do período.

10 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 podem ser detalhados como segue:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Resultado antes de impostos	5.410,44	4.580,45
Imposto sobre o rendimento	1.332,76	1.512,88

11 -Instrumentos Financeiros.

Políticas contabilística.

Bases de Mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

11.1 – Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de «Financiamentos obtidos», apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2015			31-12-2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Caixa Geral de Depósitos	75.000,00		75.000,00	75.000,00		75.000,00
Total	75.000,00		75.000,00	75.000,00		75.000,00

12 – Benefícios de empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	31-12-2015
Renumerações dos órgãos sociais (senhas de presença)	2.884,56
Renumerações do pessoal	100.924,03
Encargos sobre renumerações do pessoal	24.241,69
Outros gastos	1.621,11
Total	129.671,39

Os honorários do revisor Oficial de Contas no presente exercício, foram no valor de 4.000,00€ (s/IVA) não se verificando pelo mesmo, a faturação de qualquer outro serviço, nomeadamente de consultoria.

13 – Outras Informações

13.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	Corrente	Não Corrente
Estado e outros entes públicos		
Activos		
IR-Pagamentos especiais por conta	461,87	0,00
Irc - pagamento por conta	915,60	0,00
Irc - retenção na fonte	0,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	0,29	0,00
Total	1.377,47	0,00
Passivos		
Imposto sobre o rendimento	1.332,76	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	579,99	0,00
Contribuições para a segurança social	2.055,38	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado	1.069,27	
Total	5.037,40	0,00

13.2 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Diferimentos 31-12-2015	
Activos	
Seguros	2.042,38
Total	2.042,38

13.3 Devedores e Credores por acréscimos

Foi aplicado o regime da periodização económica (anterior conceito de especialização dos exercícios) com total abrangência.

Devedores e Credores por acréscimos	31-12-2015
Devedores por acréscimo de rendimentos	
Subsidio a receber Município	15.478,63
Subsidio Município - Senhas presença	1.648,32
Subsidio Município - ROC	2.460,00
Subsidio a receber férias /subsídio férias	16.079,65
Devedor. p/ acréscim. rendimt.-Comunicação	112,42
Subsidio receber POCH	245.276,24
Devedor. p/ acréscim. rendimt.-transportes	2.008,80
Devedor. p/ acréscim. rendimt.-água	675,60
Devedor. p/ acréscim. rendimt. - assess.juridica	3.542,40
Total	287.282,06
Credores por acréscimos de gastos	
Credor.acréscimos gastos- férias /subsídio férias	16.079,65
Cred.acréscimos gast-encarg.Fiscal único	2.460,00
Cred.acréscimos gast-transportes	2.008,80
Cred.acréscimos gast-encarg.PT	112,42
Cred.acrés. gat-enc.Senhas presenças	1.648,32
Cred.acrés. gat-enc.água	675,60
Cred.acrés. gat- assess.juridica	3.542,40
Total	26.527,19

Cinfães, 07 de Março de 2016.

TOC

António Sobrinho

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Regina João Marques
Graçinda Gonçalves Castro Gaudêncio
Rute Maria Pereira*

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

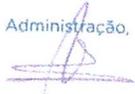
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cinfães, única entidade titular do capital social da empresa "Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães, EM"

1. De harmonia com as disposições legais em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 da Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães, EM que compreende a atividade por nós desenvolvida e as demonstrações financeiras, incluindo o relatório de gestão, que são da responsabilidade do Conselho de Administração.
2. No desempenho das funções que lhe estão cometidas, o Fiscal Único acompanhou, com a profundidade e extensão que considerou adequada nas circunstâncias, a atividade da Empresa ao longo do presente exercício.
3. Em consequência do trabalho realizado verificámos que as demonstrações financeiras e o relatório de gestão exprimem adequadamente a situação económica e financeira da Empresa, bem como os resultados obtidos no exercício em questão.
4. Em face do exposto, é o Fiscal Único de parecer que o Acionista aprove:
 - a) O relatório de gestão;
 - b) As demonstrações financeiras;
 - c) A proposta do Conselho de Administração, quanto à aplicação dos resultados.

Porto, 14 de Março de 2016

C&R RIBAS PACHECO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

A Administração,



Representada por C. A. Ribas Pacheco

R.O.C. n.º 401



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães, EM, as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 376.917 euros e um total de capital próprio positivo de 129.090 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 4.078 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a) A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - b) A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - c) A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - d) A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**C&R RIBAS PACHECO**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Desde 1988

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Quinta de Tuberais – Ensino Profissional de Cinfães, E.M. em 31 de Dezembro de 2015, e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal

ÊNFASE

8. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo n.º 7 acima, e por desconhecermos a existência de qualquer alteração oficial quanto à continuidade desta Entidade, consideramos ser de manter o mesmo texto da ênfase do exercício anterior: “de referir que, conforme expresso no ponto 3.2 do anexo, tendo surgido incertezas quanto à continuidade desta EM, a situação mereceu o esclarecimento transmitido pelo Senhor Secretário de Estado, Sr. Dr. António Leitão Amaro, ao Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, por correio eletrónico de 9 de Janeiro de 2015, de que o Governo se encontra a analisar a situação e que no entretanto não serão homologadas eventuais propostas da IGF destinadas à dissolução oficiosa das referidas empresas locais detentoras de escolas profissionais”.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Porto, 14 de Março de 2016

C&R RIBAS PACHECO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

A Administração,

Representada por C. A. Ribas Pacheco

R.O.C. n.º 401